

DESCRIÇÃO DAS RESPONSABILIDADES CONTINGENTES PREVISTA NO REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS (ALINEA A) DO ARTIGO 46 DA LEI 73/2013 DE 3 DE SETEMBRO)

Município: *Ribeira Grande*

10-10-2018

Mandatário (a)	N.e Proc./Espécie	Partes	Valor da Ação	Data de entrada	Data da sentença
Dr.ª Alice Ponte	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 453/11.1TARGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Criminal - J1 Espécie: Processo Comum (Tribunal Singular)	Autor: Ministério Público Arguido: Câmara Municipal da Ribeira Grande e Dr. Alexandre Gaudêncio (Na qualidade de representante legal). NOTA: O PROCESSO CRIME ESTÁ SUSPENSO ATÉ SETEMBRO 2018	0,00	nd	
	Tribunal: Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo: 110/09.9 BEPDL Ponta Delgada – Unidade Orgânica	Autor: Fernando Manuel Leite Cabral; Réu: Câmara Municipal da Ribeira Grande. NOTA: O PROCESSO ENCONTRA-SE EM FASE DE RECURSO.	30 000,01	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 327/14.4TBRGR, Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil - J1 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: Luís Manuel da Silva Ponte e Maria Eduarda Teixeira Medeiros. Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	141 999,60	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 2939/12.1TBPD - Inst. Local - Secção Civil – J2 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: António Manuel Teixeira Cimbron Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	259 849,85	nd	
	Tribunal: Comarca dos Açores Processo: 466/13.9TBRGR , Ribeira Grande - Inst. Local - Secção Civil - J1 Espécie: Insolvência Pessoal Singular	Autor: Carlos Alberto Vertentes Mendonça e Nélia Mendonça. Credores: Câmara Municipal da Ribeira Grande e outros	259 849,85	nd	
	Tribunal: Tribunal de Contas. Processo: 10/2016 REC.ORD.1.*S ,	Autor: Câmara Municipal da Ribeira Grande	30 000,01	nd	
Dr. Fernando Cordeiro	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo nº 304/10.4 BEPDL, Ação Administrativa Comum, Ordinária	A Autora: Maria da Conceição Ivens Ferraz Jardim Schmid pede que o Município seja condenado a iniciar o processo de expropriação sobre o imóvel propriedade da Autora, imóvel a que atribuiu o valor aproximado de € 250 000,00, em ação a que fixou o valor para efeitos de custas em € 30 000,01. A ação está pendente e em fase de articulados. Do que se sabe, existe a possibilidade de transferir para a Região Autónoma dos Açores parte do valor do imóvel relativamente ao qual se pede seja iniciada a expropriação. Do que se sabe não existe qualquer cobertura de seguro. Não há qualquer estimativa final de responsabilidades, exceto o que imediatamente antes se referiu.	valor aproximado de € 250 000,00	05-01-2011	
Dr. Paulo Leite	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 1/13.9 BEPDL Espécie: 3ª Espécie – Ação Administrativa Comum – Forma Sumaríssima (Ant. NCPC).	Autor: José Martins Tavares Ledo Réus: Município da Ribeira Grande, Leandro de Carvalho Martins Leitão. Tem julgamento para 04-04-2018	2 641,07	02-01-2013	
	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada: Processo n.º 308/11.0 BEPDL Espécie: 1ª Espécie – Ação Administrativa comum – Forma Ordinária (Ant. NCPC).	Autor: Bento Luís de Sousa Paquete Réu: Município da Ribeira Grande	210 868,20	09-05-2011	
Dr. Nuno Bettencourt Raposo	Tribunal Administrativo e Fiscal de Ponta Delgada Processo n.º 34/17.6BEPDL	Autor: Caixa Leasing e Factoring, S.A. Réu: Município da Ribeira Grande. Assunto: dívida de € 21.254,08, resultante de contrato factoring celebrado com a empresa de construção civil e obras públicas com a firma “Eng. Luís Gomes, S.A.”	21 254,08	21-04-2017	

